
Copyright © 2015 da Autora
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos
Mayara Cristina Zucheli

Revisão
Fernanda Guerriero Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Koch, Ingedore Villaça
Introdução à linguística textual : trajetória e grandes temas / Ingedore
Villaça Koch. – 2. ed. – São Paulo : Contexto, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7244-881-9

1. Análise do discurso 2. Análise de textos 3. Linguística 4. Textos
I. Título.

14-10046 CDD-415

Índice para catálogo sistemático:
1. Linguística textual 415

2015

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*
Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

*A meus filhos: Anamaria e Nelson,
Paulo Fernando e Sueli
A meus netos: Mariana, Marcelo e Luiz Paulo
A meu irmão, Eurico
A meus sobrinhos: Vera Elena, Luís Carlos e
Cristina, Eduardo e Valéria, Renata, Ricardo
A minha irmã espiritual, Alice
Ao Ides, meu companheiro de jornada*

INTRODUÇÃO

Não deixa de ser um truísmo afirmar que a Linguística Textual é o ramo da Linguística que toma o texto como objeto de estudo. No entanto, todo o seu desenvolvimento vem girando em torno das diferentes concepções de texto que a Linguística tem abrigado durante seu percurso, o que acarretou diferenças bastante significativas entre uma e outra etapas de sua evolução.

E, quanto a esse ramo da Ciência Linguística, poderíamos também nos perguntar, como o fazem Antos e Tietz (1997), se, nos seus quarenta anos de existência (hoje quase sessenta), a Linguística Textual desempenhou apenas um papel de “hóspede” da Linguística, talvez um modismo como tantos outros, ou, então, se ela se tornou uma ciência integrativa de várias outras ciências (Retórica, Estilística, Teoria dos Gêneros, Teoria da Argumentação, Narratologia etc.), vindo a constituir uma “Ciência ou Teoria da Linguagem” (Van Dijk, 1978); ou, ainda, se ela é parte integrante do domínio estabelecido da Linguística, quem sabe até do seu núcleo central. E, se assim fosse, quais os prognósticos que se poderiam fazer quanto ao seu futuro. Ou será que se poderia dizer que todas essas perguntas por vezes se colocam apenas porque a Linguística Textual entrou numa fase de consolidação de tal forma espetacular que questões sobre a justificação de sua existência estariam tão fora de propósito quanto, por exemplo, a respeito da pertinência da Semântica, da Fonologia ou da Sintaxe? Questões como estas deverão ser esclarecidas ao longo desta obra.

CONCEPÇÕES DE TEXTO

Entre as várias concepções de texto que fundamentaram os estudos em Linguística Textual, poderíamos destacar as seguintes, ressaltando, contudo, que elas se imbricam em determinados momentos:

- 1) texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
- 2) texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
- 3) texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
- 4) texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
- 5) texto como discurso “congelado”, como produto acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
- 6) texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
- 7) texto como *processo* que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
- 8) texto como *lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitiva-interacional).

Na verdade, o que se pode verificar é que, na época do surgimento da Linguística Textual, na segunda metade da década de 1960, bem como na primeira metade da década de 1970, em função do conceito de texto então majoritário, a maioria dos estudiosos estava debruçada sobre a análise transfrástica e/ou a construção de gramáticas do texto, de modo que o objeto privilegiado de estudo era a coesão, ou seja, a propriedade de *cohere* (*hang together*), muitas vezes equiparada à coerência (*coherence*), já que ambas eram vistas como qualidades ou propriedades do texto.

Uma das tónicas da década de 1980 foi justamente a ampliação significativa do conceito de coerência, quando, adotando-se uma perspectiva pragmático-enunciativa, passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas que é um fenómeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional. Na Europa, vieram a público diversas coletâneas sobre o tema (Charolles, Petöfi & Sözer, 1983; Neubauer, 1983; Petöfi, 1986; Sözer, 1985; Conte, Petöfi & Sözer, 1989, entre várias outras), além de artigos e obras

individuais. Também no Brasil, as pesquisas sobre coesão e coerência textuais tiveram grande desenvolvimento, frutificando em uma série de obras sobre o assunto. Podem-se mencionar, entre muitos outros, os trabalhos de Marcuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992); Fávero & Koch (1983), Koch & Travaglia (1989, 1990); Fávero (1991) e Bastos (1985). Além disso, a par da coesão e da coerência, outros fatores de textualidade passaram a ser objeto das pesquisas sobre o texto, tais como informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade (cf. Beaugrande & Dressler, 1981), contextualização, focalização, consistência e relevância.

É nessa década que desponta com maior vigor o interesse pelo processamento cognitivo do texto, perspectiva que, especialmente a partir dos estudos de Van Dijk e Kintsch (1983, particularmente), vai ganhando cada vez mais terreno e passa a dominar a cena no início da década de 1990, agora, porém, com forte tendência sociocognitivista.

Desde esse momento, com o desenvolvimento cada vez maior das investigações na área de cognição, as questões relativas ao processamento do texto, em termos de produção e compreensão, as formas de representação do conhecimento na memória, a ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, as estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, passam a ocupar o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo. A título de exemplo, podem-se destacar as obras de Heinemann & Viehweger (1991), Koch & Oesterreicher (1990), Nussbaumer (1991), Adam (1990 e 1993), Van Dijk (1994, 1995, 1997), entre várias outras. No Brasil, pode-se citar uma série de trabalhos desenvolvidos por Marcuschi e por Koch (Marcuschi & Koch, 1998; Koch & Marcuschi, 1998; Marcuschi, 1998, 1999; Koch, 1997, 1998, 1999) e por Cavalcante (2000, 2001), para citar apenas alguns.

Assim, a partir da década de 1990, além da ênfase dada aos processos de organização global dos textos, assumem importância particular as questões de ordem sociocognitiva, que englobam temas como referenciação, inferenciação, acesso ao conhecimento prévio etc.; e, a par destas, o tratamento da oralidade e da relação oralidade/escrita, bem como o estudo dos gêneros textuais, este agora conduzido sob outras luzes – isto é, a partir da perspectiva bakhtiniana, voltando, assim, a questão dos gêneros a

ocupar lugar de destaque nas pesquisas sobre o texto e revelando-se um terreno extremamente promissor.

A questão da referenciação textual, por exemplo, vem sendo objeto de pesquisa de um grupo de autores franco-suíços, entre os quais se podem destacar Apothéloz, Kleiber, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Chanét, Mondada e D. Dubois. Esses autores têm dedicado especial interesse a questões como a construção dos “objetos de discurso”; a anáfora associativa, sua conceituação e sua abrangência; as operações de nominalização e suas funções, entre várias outras com elas de alguma forma relacionadas. O principal pressuposto dessas pesquisas é o da *referenciação como atividade discursiva*, como é postulado também em Marcuschi & Koch (1998); Koch & Marcuschi (1998); Marcuschi (1998); Koch (1998). Desta forma, de conformidade com Mondada & Dubois (1995) e Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), passa-se a postular que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz remissão (“objetos de discurso”), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.

O estudo do texto falado, que envolve também questões de ordem sociocognitiva e interacional, ganha, nesse momento, uma projeção cada vez maior e toma rumos diferentes dos da Análise da Conversação, como se pode verificar na obra de Koch & Oesterreicher (1990) e em inúmeros projetos voltados para a descrição da modalidade oral da língua, tanto na Europa como na América. É o caso, no Brasil, do Projeto de Gramática do Português Falado, idealizado por Ataliba Teixeira de Castilho, que tem como uma de suas vertentes o estudo da organização textual-interativa no português falado no Brasil, esta coordenada por Koch. E o caso, também, do Projeto Nurc/SP, coordenado por Dino Preti, e do Núcleo de Estudos Linguísticos sobre Fala e Escrita – Nelfe, da UFPE, coordenado por Luiz Antônio Marcuschi.

Quanto à questão dos gêneros acima mencionada, cabe ressaltar a revisitação que vem sendo feita à obra de Bakhtin (1953), na qual o autor apresenta a sua conceituação de gêneros do discurso. Além da importante obra de Swales (1990), na Inglaterra, e de autores da Escola Norte-Americana, como Bathia, Miller, Freedman, Coe e Bazerman, bem como, na França, as de Jean-Michel Adam (1990, 1993),

destacam-se, nesse domínio, os trabalhos da equipe da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, conduzidos por Bernard Schneuwly, Joachim Dolz, Jean-Paul Bronckart e Pasquier, que procedem a essa releitura com finalidades didáticas, isto é, do ponto de vista de suas aplicações pedagógicas.

Verifica-se, pois, que a Linguística Textual percorreu um longo caminho até chegar ao momento atual. Aqueles que não acompanharam a sua trajetória estão longe de poder avaliar o que hoje essa disciplina vem se propondo como objeto de investigação e a contribuição que seu estudo vem dando em prol de um melhor conhecimento de como se realiza a produção textual do sentido.

Ingedore Villaça Koch

15

PARTE I
TRAJETÓRIA
DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

ANÁLISES INTERFRÁSTICAS E GRAMÁTICAS DE TEXTO

Na sua fase inicial, que vai, aproximadamente, desde a segunda metade da década de 1960 até meados da década de 1970, a Linguística textual teve por preocupação básica, primeiramente, o estudo dos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto de texto. Entre os fenômenos a serem explicados, contavam-se a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo (definido/indefinido), a ordem das palavras, a relação tema/tópico – rema/ comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, diversos fenômenos de ordem prosódica, entre outros. Os estudos seguiam orientações bastante heterogêneas, de cunho ora estruturalista ou gerativista, ora funcionalista.

O texto era então concebido como uma "frase complexa", "signo linguístico primário" (Hartmann, 1968), "cadeia de pronominalizações ininterruptas" (Harweg, 1968), "sequência coerente de enunciados" (Isenberg, 1971), "cadeia de pressuposições" (Bellert, 1970).

No estudo das relações que se estabelecem entre enunciados, deu-se primazia às relações referenciais, particularmente à correferência, considerada um dos principais fatores da coesão textual. E, ao caso, por exemplo, de Harweg (1968), segundo o qual são os pronomes que vão constituir uma sequência de frases em texto. O termo pronome é aqui tomado numa acepção bem ampla, ou seja, toda e qualquer expressão linguística que retoma, na qualidade de *substituens*, outra expressão linguística correferencial (*substituendum*). O texto é resultado, portanto, de um "múltiplo referenciamento", daí a definição de texto como uma sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma *concatenação pronominal ininterrupta*.

Assim, nesse momento, o estudo das relações referenciais limita-se, em geral, aos processos correferenciais (anafóricos e catafóricos), operantes entre dois ou mais elementos textuais – a que Halliday & Hasan (1976) chamavam de pressuponente e pressuposto. Pouco se mencionavam, ainda, os fenômenos remissivos não correferenciais, as anáforas associativas e indiretas, a dêixis textual e outros que hoje constituem alguns dos principais objetos de estudo da Linguística Textual. Contudo, autores alemães, como Isenberg (1968) e Vater (1979), já faziam referência às anáforas de tipo associativo, em exemplos como:

20 anáforas de tipo associativo

- (1) Ontem houve um casamento. A *noiva* usava um longo vestido branco. (Isenberg, 1968)
- (2) Pedro me molhou todo. A *água* me escorria pelo corpo abaixo. (Isenberg, 1968)
- (3) Era um belo povoado. A *igreja* ficava numa colina. (Vater, 1979)

Pouco se levava em conta, também, a possibilidade de retomada anafórica de porções textuais de maior ou menor extensão, como acontece com muita frequência quando do uso de demonstrativos, geralmente neutros (isto, isso, aquilo, o), conforme os exemplos:

5 referências anafóricas de porções de maior ou menor extensão

- (4) Naquele dia, ele recebeu um telegrama, comunicando-lhe a volta da noiva, que se achava no exterior. *Isso* renovou-lhe o ânimo abatido.
- (5) Após a longa discussão que teve com a mulher, Jorge saiu de casa para espairar. Ao voltar, encontrou-a caída no chão do banheiro, ao lado de um vidro de sedativos. Devia tê-lo adivinhado, não era a primeira vez que *isto* acontecia!

Como, na construção de um texto, o movimento de retroação, de retomada, é necessariamente acompanhado de outro, o de progressão, muitos autores debruçaram-se sobre os tipos de relação (encadeamentos) que se estabelecem entre enunciados, especialmente quando não assinaladas por conectores, bem como a articulação tema-rema (na perspectiva da Escola Funcionalista de Praga), a seleção dos artigos em enunciados contíguos, e assim por diante. Não

é de admirar, portanto, que as pesquisas se concentrassem prioritariamente no estudo dos recursos de coesão textual (a propriedade de *cohere, hang together*), a qual, para eles, de certa forma, englobava o da coerência, nesse momento entendida como mera propriedade ou característica do texto.

Coerência

AS GRAMÁTICAS DE TEXTO

Ainda nessa primeira fase da Linguística Textual, a partir da ideia de que o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta, superior a sentença, surgiu, particularmente (mas não só) entre os linguistas de formação gerativista, a preocupação de construir gramáticas textuais, por analogia com as gramáticas da frase. Isto é, tratava-se de descrever categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua). As tarefas básicas de uma gramática do texto seriam as seguintes:

"doublos" das Gramáticas Anafóricas

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar as várias espécies de textos.

* Competência de Halliday

Passou-se a postular a existência de uma competência textual à semelhança da competência linguística chomskyana, visto que todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, competência que é também especificamente linguística, em sentido amplo: qualquer falante é capaz de parafrasear, de resumir um texto, de perceber se está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título, ou de produzir um texto a partir de um título dado.

questão de saber qual a unidade hierarquicamente mais alta para a classificação

Abandonava-se, assim, o método ascendente – da frase para o texto. E, a partir da unidade hierarquicamente mais alta – o texto –, pretende-se chegar, por meio da segmentação, às unidades menores, para, então, classificá-las. Contudo, tem-se claro que a segmentação e a classificação só poderão ser realizadas, desde que não se perca a

função textual dos elementos individuais, tendo em vista que o texto não pode ser definido simplesmente como uma sequência de cadeias significativas. O texto é considerado o signo linguístico primário, atribuindo-se aos seus componentes o estatuto de signos parciais (Hartmann, 1968).

Dentro desta perspectiva, portanto, o texto, visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual. Exemplos destas gramáticas são as postuladas por Weinrich (1964, 1971, 1976), Petöfi (1973) e Van Dijk (1972).

Harald Weinrich, estruturalista, teve sempre em mira a construção de uma gramática textual. Em seus trabalhos preconiza a construção de uma *macrossintaxe do discurso*, com base no tratamento textual de categorias gramaticais, como, por exemplo, os artigos, os tempos verbais, certos advérbios, aos quais dedicou grande parte de seus estudos (1964, 1969, 1976). Postula como método heurístico o da "partitura textual", que consiste em unir a análise por tipo de palavras e a estrutura sintática do texto num só modelo, como se se tratasse de "uma partitura musical a duas vozes". Como estruturalista define o texto como uma sequência linear de lexemas, e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto. Isto é, o texto é uma "estrutura determinativa", onde tudo está necessariamente interligado. Assim sendo, para ele, toda linguística é necessariamente linguística de texto.

Em 1982, após longos anos de pesquisa, veio à luz sua *Gramática textual da língua francesa* (*Textgrammatik der französischen Sprache*), e, em 1993, a *Gramática textual da língua alemã* (*Textgrammatik der Deutschen Sprache*), nas quais o autor concretiza a ideia acalentada havia tantos anos de elaborar gramáticas textuais. Cabe lembrar que seus estudos sobre os tempos verbais tiveram grande aceitação e são, até hoje, de grande valia para a compreensão do funcionamento dos textos (cf. Koch, 1984, 1989, 1992).

O modelo de Janos Petöfi consta de uma base textual, que consiste em uma representação semântica indeterminada com respeito às manifestações lineares do texto, as quais são determinadas pela parte transformacional. Segundo ele, este modelo torna possível: a) a análise de textos, isto é, a atribuição a uma manifestação linear, de

todas as bases textuais possíveis; b) a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as bases textuais possíveis; c) a comparação de textos. De suma relevância no modelo é o léxico, com suas representações semânticas intensionais.

Para Petöfi, contudo, a gramática textual deveria constituir apenas um dos componentes de sua teoria do texto, que previa também um componente contextual, formado por um subcomponente semântico-extensional, responsável pela interpretação semântica, e um subcomponente pragmático, relativo às questões de produção/recepção de textos. Essa teoria, desenvolvida a partir de 1973 e a que denomina TeSWeST (*Textstruktur Weltstruktur*), ou seja, da *Estrutura do Texto/Estrutura do Mundo*, está centrada na relação entre a estrutura de um texto e as interpretações extensionais (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou complexo de mundos) que é textualizada em um texto.

Teun van Dijk (1972), que, tendo sido um dos pioneiros da Linguística Textual, tem uma trajetória extremamente rica dentro dos estudos do texto/discurso, conforme veremos mais adiante, dedicou-se, também, nesse período, à construção de gramáticas textuais, levantando a favor destas os argumentos seguintes:

- 1) Cabe à teoria linguística em geral e às gramáticas textuais em particular dar conta da estrutura linguística de enunciados completos, isto é, também de enunciados constituídos de sequências de frases.
- 2) Existem propriedades gramaticais além do limite das sentenças, por exemplo, as relações semânticas entre elas.
- 3) O estudo do texto/discurso permite chegar a generalizações sobre as propriedades de períodos compostos e de sequências de frases.
- 4) Certas propriedades linguísticas fazem parte de unidades suprassentenciais, como, por exemplo, fragmentos de texto, parágrafos, sequências, bem como a macroestrutura textual.
- 5) O relacionamento entre gramática e pragmática pressupõe uma descrição gramatical tanto de sequências de frases, como de propriedades do discurso como um todo, para dar conta de fenômenos como a relação entre atos de fala e macroatos de fala.

- 6) Uma gramática textual fornece uma base mais adequada para um relacionamento mais sistemático com outras teorias que se ocupam do discurso, como a estilística, a retórica, a poética, entre outras.
- 7) Uma gramática de texto oferece melhor base linguística para a elaboração de modelos cognitivos do desenvolvimento, produção e compreensão da linguagem.
- 8) Uma gramática textual fornece melhor base para o estudo do texto e da conversação em contextos sociais interacionais e institucionais, bem como para o estudo dos tipos de discurso e usos da linguagem entre culturas.

24 Seu modelo de gramática textual apresenta três características principais:

- 1) insere-se no quadro teórico gerativo;
- 2) utiliza em grande escala o instrumental teórico e metodológico da lógica formal;
- 3) busca integrar a gramática do enunciado na gramática do texto, sustentando, porém, que não basta estender a gramática da frase ("extended S-grammar"), como faziam muitos autores da época, mas que uma gramática textual tem por tarefa principal especificar as estruturas profundas a que denomina macroestruturas textuais.

Para ele, é a macroestrutura profunda que explicita a coerência do texto, sua estrutura temático-semântica global. Trata-se da estrutura subjacente abstrata ou "forma lógica" do texto, que define a significação do texto como um todo. Já a microestrutura é a estrutura superficial do texto, constituída por um n-tuplo ordenado de frases subsequentes. Uma gramática textual gerativa seria, portanto, um algoritmo que gera infinitas estruturas textuais profundas.

A PERSPECTIVA SEMÂNTICA

Além de Van Dijk, Petöfi e quase todos os estudiosos que se dedicaram à construção de gramáticas textuais – às quais não poderia faltar um componente semântico, representado, em geral, nas gramá-

licas por eles propostas, pelas macroestruturas profundas –, também outros estudiosos da época deram às suas pesquisas uma orientação semântica, como foi o caso de Dressler 1970 (1972), Brinker (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976, 1977), entre outros.

Assim, são diversos os autores que tratam de fenômenos semânticos, como as cadeias isotópicas, as relações semânticas entre enunciados do texto não ligados por conectores etc., e/ou definem o texto como sequência coerente de enunciados (Isenberg, 1970), cadeia de pressuposições (Bellert, 1970). Todavia, a coerência de que falam, embora comece a diferenciar-se da coesão, é ainda apenas a coerência sintático-semântica. Charolles (1978), por exemplo, apresenta quatro condições ou macrorregras de coerência textual, a saber:

- Quatro macrorregras de coerência (Charolles, 1978)*
- 1) repetição – para que um texto possa ser considerado coerente, ele deve conter, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita;
 - 2) progressão – para ser coerente, deve haver no texto uma contribuição semântica permanentemente renovada, pelo contínuo acréscimo de novos conteúdos;
 - 3) não contradição – para que um texto seja coerente, é preciso que, no seu desenvolvimento, não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou dedutível dela por inferência;
 - 4) relação – um texto será coerente se todos os seus enunciados – e os fatos que denotam no mundo nele representado – estiverem, de alguma forma, relacionados entre si.

Posteriormente, Charolles (1979) propõe o acréscimo da metarregra de macroestrutura, tomada de empréstimo a Van Dijk.

Dressler (1970, 1972), por sua vez, considera arbitrário estabelecer limites rígidos entre sintaxe e semântica e postula que a semântica é que deve constituir o ponto de partida. À semântica do texto cabe explicar a representação da estrutura do significado de um texto ou de um segmento deste, particularmente as relações de sentido que vão além do significado das frases tomadas isoladamente.

Em seu modelo de geração de textos, dedica atenção especial ao tema do texto, que, segundo ele, está em relação com o significado

global – a base T-semântica –, mediante um desenvolvimento temático e uma coesão semântica. Essa base, conforme o autor, contém elementos do campo nominal – papéis (*roles*) e personagens da ação (*dramatis personae*) –, para cuja descrição recorre aos casos semânticos profundos, tal como formulados por Fillmore (1968), bem como elementos do campo verbal, como modo, tempo e aspecto, retomando, para tanto, a distinção feita por Weinrich entre “mundo comentado” e “mundo narrado” (cf. Koch, 1984, 1989, 1992).

Também Brinker (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976, 1977) postulavam que na superfície textual apenas poderia ser encontrada parte do sentido de um texto, mas nunca a totalidade de suas informações semânticas, já que para isto é indispensável reportar-se à sua estrutura semântica de base; ou seja, que as estruturas de superfície constituem formas de atualização derivadas de estruturas semânticas profundas. Baseados nessa convicção, esses autores afirmam que os articuladores de natureza sintática funcionam apenas como marcas suplementares, facultativas, que atuam como facilitadoras da compreensão para o interlocutor. Em suas análises recorrem ora à lógica formal, ora à gramática de valências ou à semântica de predicados.

A VIRADA PRAGMÁTICA

Is é além da abordagem sintático-semântica

Não tardou, porém, que os linguistas de texto sentissem a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, visto ser o texto a unidade básica de comunicação/interação humana. A princípio timidamente, mas logo a seguir com maior vigor, a adoção da perspectiva pragmática vai-se impondo e conquistando proeminência nas pesquisas sobre o texto: surgem as teorias de base comunicativa, nas quais ora apenas se procurava integrar sistematicamente fatores contextuais na descrição dos textos (Isenberg, 1976; Dressler, 1974; Petöfi, 1972, 1973), ora a pragmática era tomada como ponto de partida e de chegada para tal descrição (Motsch, 1975; Gülich & Raible, 1977; Schmidt, 1978). Deste modo, Heinemann & Viehweger (1991), ao fazerem uma retrospectiva da Linguística Textual, distinguem entre modelos contextuais e modelos comunicativos, mencionando, entre estes últimos, aqueles baseados na Teoria dos Atos de Fala e os que tomam por pressuposto a Teoria da Atividade Verbal. Comum a estes modelos é a busca de conexões determinadas por regras, entre textos e seu contexto comunicativo-situacional, mas tendo sempre o texto como ponto de partida dessa representação.

Com isso, a pesquisa em Linguística Textual ganha uma nova dimensão: já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas, sim, o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Passam a interessar os “textos-em-funções” (Schmidt, 1973; Gülich & Raible, 1977). Isto é, os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante (Heinemann, 1982).

Assim, na metade da década de 1970, passa a ser desenvolvido um modelo de base que compreendia a língua como uma forma

modelos contextuais e comunicativos da Teoria dos Atos de Fala e Teoria da Atividade Verbal

específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não linguísticas) do ser humano. Os impulsos decisivos para esta nova orientação vieram da Psicologia da Linguagem – especialmente da Psicologia da Atividade de origem soviética, e da Filosofia da Linguagem, em particular da Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford, que desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala. Caberia, então, à Linguística Textual a tarefa de provar que os pressupostos e o instrumental metodológico dessas teorias eram transferíveis ao estudo dos textos e de sua produção/recepção, ou seja, que se poderia atribuir também aos textos a qualidade de formas de ação verbal.

Tal problemática foi tematizada por numerosos autores, entre os quais Wunderlich (1976), Schmidt (1973), Motsch (1983), Motsch & Pasch (1987), Van Dijk (1980).

Wunderlich, autor que pertence também à primeira geração de linguistas alemães preocupados com estudos textuais, foi um dos principais responsáveis pela incorporação da pragmática às pesquisas sobre o texto, tendo tratado, em suas obras, de uma série de questões de ordem enunciativa, entre elas a dêixis, particularmente a dêixis espacial, os atos de fala e a interação face a face de modo geral (cf., por exemplo, Wunderlich, 1970, 1976, 1985). Foi um dos autores mais referendados na área, em especial na década de 1970. Como adepto da Teoria da Atividade Verbal, Wunderlich (1978) escreve:

O objetivo da teoria da atividade é extrair os traços comuns das ações, planos de ação e estágios das ações, e pô-los em relação com traços comuns dos sistemas de normas, conhecimentos e valores. A análise do conceito de atividade (o que é atividade/ação) está estreitamente ligada à análise do conhecimento social sobre as ações ou atividades (o que, se considera uma ação). A teoria da atividade é, portanto, em parte uma disciplina de orientação das ciências sociais, em parte, também, filosófica e de metodologia da Ciência. A relação com a linguística está em que o fundamento pragmático da teoria da linguagem deve enlaçar-se com a teoria da atividade e que, por sua vez, a análise linguística pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da atividade. (p. 30)

Também no interior dessa perspectiva, Isenberg (1976) apresenta um método que permite descrever a geração, interpretação e análise

de textos, desde a estrutura pré-linguística da intenção comunicativa até a sua manifestação superficial. Ressalta a importância do aspecto pragmático como determinante do sintático e do semântico: o plano geral do texto determina as funções comunicativas que nele vão aparecer e estas, por sua vez, determinam as estruturas superficiais. A relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade, isto é, o seu conteúdo e o seu plano global; ou seja, o ouvinte não se limita a “entender” o texto, no sentido de “captar” apenas o seu conteúdo referencial, mas necessita, isto sim, reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para quê” do texto.

Schmidt (1973), que propõe uma teoria sociologicamente ampliada da comunicação linguística, define o texto como todo componente verbalmente enunciado de um ato de comunicação pertinente a um “jogo de atuação comunicativa”, caracterizado por uma orientação temática e cumprindo uma função comunicativa identificável, isto é, realizando um potencial ilocutório determinado. É, somente na medida em que o locutor realiza intencionalmente uma função ilocutória (sociocomunicativa) identificável por parte dos parceiros envolvidos na comunicação, o conjunto de enunciados linguísticos vem a constituir um processo textual coerente, de funcionamento sociocomunicativo eficaz e normalizado, conforme as regras constitutivas (uma manifestação da textualidade). Para ele, a textualidade é o modo de toda e qualquer comunicação transmitida por sinais, inclusive os linguísticos.

Nos casos em que o texto é composto por vários conjuntos de enunciados que realizam potenciais ilocutórios distintos, de tal forma que sua associação hierárquica dê origem a um sistema coerente, isto é, ao conjunto global que se aplica o termo texto (cf. o conceito de macroato de fala, de Van Dijk, 1980).

O autor defende a posição de que, na medida em que cabe a uma teoria de texto abordar a produção e recepção de textos que funcionam comunicativamente, ela terá de ser forçosamente pragmática, pois, de outra forma, não teria condições de existir. A esta teoria cabe, especificamente, a investigação dos meios e das regras implicadas na

produção e recepção de *textos-em-função*; e o encaminhamento de um projeto para um modelo de comunicação linguística, que se apresentaria como sistema coordenado de hipóteses relativas ao "jogo de atuação comunicativa" e suas potencialidades estruturais (Schmidt, 1973). Também filiado à teoria da atividade verbal, Schmidt (1973) afirma:

A linguagem não é considerada primariamente um sistema de signos, denotativo, mas um sistema de atividades ou de operações, cuja estrutura consiste em realizar, com a ajuda de um número aberto de variáveis e um repertório fechado de regras, determinadas operações ordenadas, a fim de conseguir dado objetivo, que é informação, comunicação, estabelecimento de contato, automanifestação, expressão e (per)formação da atividade (p. 9).

30

Motsch (1986) defende a hipótese de que, se os objetivos da ação podem ser atingidos com a ajuda da enunciação de expressões verbais, então é necessário que se possam relacionar as ações a propriedades do texto, ou seja, que elas possam ser representadas nos enunciados do texto. Para tanto, é decisivo o pressuposto de que deveria ser possível reconstruir, a partir de *e* (enunciado), a intenção (*int.*) do falante. Segundo o autor, serviriam de pistas, em primeiro lugar, os modos verbais, mas também os verbos, os advérbios e as partículas modais.

O contexto de uso de tais indicadores depende, basicamente, de fatores da situação: "Uma situação comunicativa deverá ser tanto mais explicitamente expressa por meios verbais, quanto mais ambígua ela for e quanto mais controlada deva ser a reação do interlocutor" (p. 262).

Motsch & Pasch (1987) concebem, também, o texto como uma sequência hierarquicamente organizada de atividades realizadas pelos interlocutores. Segundo eles, os componentes da atividade linguística podem ser reunidos na fórmula:

Al + (e, int., cond., cons.)

em que *e* representa a enunciação, *int.*, a intenção do enunciador de atingir determinado objetivo, *cond.*, as condições para que este seja alcançado, e *cons.*, as consequências resultantes do atingimento do objetivo. Ou seja, a enunciação é sempre movida por uma intenção de atingir determinado objetivo ilocucional. Para que este seja alcançado,

faz-se necessário assegurar ao enunciatário as condições essenciais para que reconheça a intenção e realize o objetivo visado. Para tanto, o enunciador realiza atividades linguístico-cognitivas com o intuito de garantir a compreensão e estimular, facilitar ou causar a aceitação. Da parte do enunciatário, é preciso que ele compreenda o objetivo fundamental do enunciador, o que depende da formulação adequada da enunciação, para que se decida a aceitar (ou não) colaborar na realização de seu objetivo e mostrar a reação desejada.

Heinemann & Viehweger (1991), em sua *Introdução linguística do texto*, asseveram que os pressupostos gerais que regem esta perspectiva podem ser assim resumidos:

- 1) Usar uma língua significa realizar ações. A ação verbal constitui uma atividade social, efetuada por indivíduos sociais, com o fim de realizar tarefas comunicativas, ligadas com a troca de representações, metas e interesses. Ela é parte de processos mais amplos de ação, pelos quais é determinada.
- 2) A ação verbal é sempre orientada para os parceiros da comunicação, portanto é também ação social, determinada por regras sociais.
- 3) A ação verbal realiza-se na forma de produção e recepção de textos. Os textos são, portanto, resultantes de ações verbais/complexos de ações verbais/estruturas ilocucionais, que estão intimamente ligadas com a estrutura proposicional dos enunciados.
- 4) A ação verbal consciente e finalisticamente orientada origina-se de um plano/estratégia de ação. Para realizar seu objetivo, o falante utiliza-se da possibilidade de operar escolhas entre os diversos meios verbais disponíveis. A partir da meta final a ser atingida, o falante estabelece objetivos parciais, bem como suas respectivas ações parciais. Estabelece-se, pois, uma hierarquia entre os atos de fala de um texto, dos mais gerais aos mais particulares. Ao interlocutor cabe, no momento da compreensão, reconstruir essa hierarquia.
- 5) Os textos deixam de ser examinados como estruturas acabadas (produtos), mas passam a ser considerados no processo de sua constituição, verbalização e tratamento pelos parceiros da comunicação.

Cabe registrar aqui que Van Dijk, especialmente no início da década de 1980, é um dos grandes responsáveis pela "virada pragmática". Em sua obra *Studies in the Pragmatics of Discourse* (1981), escreve:

o planejamento pragmático de um discurso/conversação requer a atualização mental de um conceito de ato de fala global. E com respeito a esse macroato de fala que ele constrói o propósito da interação: que X quer saber ou fazer algo. Se dissermos de maneira bastante vaga, embora familiar nas ciências sociais, que a ação humana é finalisticamente orientada, estaremos significando que sequências de ações, que (...) são realizadas sob o controle efetivo de uma macrointenção ou plano, encaixado numa macrofinalidade, para um ou mais atos globais. Enquanto tal macroproposição é a representação das consequências desejadas de uma ação (...), a macrointenção ou plano é a representação conceitual do estado final, isto é, do resultado da macroação. Sem um macropropósito e uma macrointenção, seríamos incapazes de decidir qual ato de fala concreto poderia propiciar um estado a partir do qual o resultado pretendido e a meta intencionada poderiam ser alcançados.

32

Na obra em tela, bem como em trabalhos posteriores, Van Dijk estuda o que denomina "relações funcionais no discurso", isto é, as relações entre enunciados a que geralmente se têm denominado pragmáticas ou discursivo-argumentativas. É ele, ainda, um dos pioneiros da introdução de questões de ordem cognitiva no estudo da produção, da compreensão e do funcionamento dos textos.

O autor passa a postular, ao lado da macroestrutura semântica do texto, responsável pela sua coerência semântica, uma macroestrutura pragmática, responsável pela coerência pragmática. Trata-se de um *macroato de fala*, ao qual se subordinariam, hierarquicamente, todos os atos de fala realizados por subpartes ou enunciados do texto, sendo um construto fundamental para o seu processamento. Para ele, a compreensão de um texto obedece a regras de interpretação pragmática, de modo que a coerência não se estabelece sem que se leve em conta a interação, bem como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores.

Com todos esses desenvolvimentos, o conceito de coerência passa a incorporar, ao lado dos fatores sintático-semânticos, uma série de fatores de ordem pragmática e contextual.

É esse o momento em que Charolles (1983) opera uma guinada importante no seu conceito de coerência textual, passando a considerá-la um "princípio de interpretabilidade do discurso", o que o leva a postular que não existem sequências de enunciados incoerentes em si, visto que, numa interação, é sempre possível construir um contexto em que uma sequência aparentemente incoerente passe a fazer sentido.

Prepara-se, assim, o momento seguinte, em que as obras de Beaugrande & Dressler e de Van Dijk vão desempenhar papel de vital importância.

33

A VIRADA COGNITIVISTA

34 Na década de 1980, delineia-se uma nova orientação nos estudos do texto, a partir da tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operação. Com a tónica nas operações de ordem cognitiva, o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividade da vida social e têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso. Assim, eles já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam dados conhecimentos e experiências quando da motivação e do estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais (comparando entre si diversas possibilidades de concretização dos objetivos e selecionando aquelas que, na sua opinião, são as mais adequadas), mas certamente também por ocasião da atividade da compreensão de textos.

Desse ponto de vista, conforme Beaugrande & Dressier (1981) – cuja obra, como já enfatizamos, constitui um dos marcos iniciais desse período –, o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas, “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação” (p. 37), de modo que caberia à Linguística Textual desenvolver modelos procedurais de descrição textual capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, na descrição e na descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento no quadro das motivações e estratégias da produção e compreensão de textos.

Heinemann & Viehweger (1991) postulam que, para o processamento textual, concorrem quatro grandes sistemas de conhecimento: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais.

O conhecimento linguístico compreende os conhecimentos gramatical e lexical, sendo, assim, o responsável pela articulação som-sentido. É ele que responde, por exemplo, pela organização do material linguístico na superfície textual pelo uso dos meios coesivos que a língua nos põe à disposição para efetuar a remissão ou a sequenciação textual, pela seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados.

O conhecimento enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimento do tipo declarativo, constituído por proposições a respeito dos fatos do mundo (“O Brasil é uma república federativa; a água é incolor, insípida e inodora”), quer do tipo episódico, constituído por “modelos cognitivos” socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência.

Admite-se, portanto, a existência de modelos cognitivos, que são originários ora da Inteligência Artificial, ora da Psicologia da Cognição e recebem, na literatura, denominações diversas, como *frames* (Minsky, 1975), *scripts* (Schank & Abelson, 1977), *cenários* (Sanford & Garrod, 1985), *esquemas* (Rumelhart, 1980), *modelos mentais* (Johnson-Laird, 1983), *modelos episódicos ou de situação* (Van Dijk, 1988, 1989) etc., caracterizados como estruturas complexas de conhecimentos, que representam as experiências que vivenciamos em sociedade e que servem de base aos processos conceituais. São frequentemente representados em forma de redes, nas quais as unidades conceituais são concebidas como variáveis ou *slots*, que denotam características estereotípicas e que, durante os processos de compreensão, são preenchidas com valores concretos (*fillers*).

35 Desta forma, os modelos constituem conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos procedurais sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas. São, inicialmente, particulares (já que resultam das experiências do dia a dia), determinados espaçotemporalmente e, por isso, estocados na memória episódica.

Após uma série de experiências do mesmo tipo, tais modelos vão se tornando generalizados, com abstração das circunstâncias particulares específicas (Van Dijk, 1989) e, quando similares aos demais membros de um grupo, passam a fazer parte da memória enciclopédica ou semântica.

Assim, segundo Van Dijk, por ocasião do processamento da informação, selecionam-se os modelos com a ajuda dos quais o atual estado de coisas pode ser interpretado. As unidades não explícitas no texto são inferidas do respectivo modelo. Na falta de informação explícita em contrário, utiliza-se como preenchedor (*filler*) a informação estereotípica (*standard*).

36 É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, a partir de uma manchete ou título; que se criam expectativas sobre o(s) campo(s) lexical(ais) a ser(em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual.

O conhecimento sociointeracional, por seu turno, é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *interação* através da linguagem. Engloba os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural.

É o conhecimento ilocucional que permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir. Trata-se de conhecimentos sobre *tipos de objetivos* (ou *tipos de atos de fala*), que costumam ser verbalizados por meio de enunciações características, embora seja também frequente a sua realização por vias indiretas, o que exige dos interlocutores o conhecimento necessário para a captação do objetivo ilocucional.

O conhecimento comunicacional é aquele que diz respeito, por exemplo, a normas comunicativas gerais, como as máximas descritas por Grice (1975); a quantidade de informação necessária numa situação concreta para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objetivo do produtor do texto; a seleção da variante linguística adequada a cada situação de interação e a adequação dos tipos de texto às situações comunicativas.

O conhecimento metacomunicativo permite ao produtor do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou sanar (*on-line* ou *a posteriori*) conflitos efetivamente ocorridos por meio da introdução no texto de sinais de articulação ou apoios textuais, e pela realização

de atividades específicas de formulação textual, com paráfrases, repetições, correções, glosas etc. Trata-se do conhecimento sobre os vários tipos de ação linguística que, de certa forma, permitem ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação, pelo parceiro, dos objetivos com que é produzido, monitorando com elas o fluxo verbal (cf. Motsch & Pasch, 1987).

O conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais é aquele que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo. Envolve, também, conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que distinguem os vários tipos de texto, sobre a sua ordenação ou sequenciação (superestruturas textuais), bem como sobre a conexão entre objetivos, bases textuais e estruturas textuais globais. Segundo Heinemann & Viehweger (1991), seriam ainda precárias, na época da publicação de sua obra, as respostas à questão de saber quais conhecimentos específicos estariam aí incluídos. Contudo, parece possível apontar algumas aproximações, por exemplo, com os modelos cognitivos contextuais, de Van Dijk (1994/1997), os "tipos de atividades", sugeridos por Levinson (1979), e outros, que, evidentemente, variam conforme a perspectiva dos diversos estudiosos. Parece-me, contudo, que a aproximação mais produtiva poderia ser feita com a noção de gênero, que hoje volta a ocupar posição central nos estudos sobre texto/discurso.

37 Heinemann & Viehweger (1991) salientam, como vimos, que a cada um desses sistemas de conhecimento corresponde um conhecimento específico sobre como colocá-lo em prática, ou seja, um conhecimento de tipo procedural, isto é, dos procedimentos ou rotinas por meio dos quais esses sistemas de conhecimento são ativados quando do processamento textual. Esse conhecimento funcionaria como uma espécie de "sistema de controle" dos demais sistemas, no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores no momento da interação.

Tal conhecimento engloba, entre outros, o saber sobre as práticas peculiares ao meio sociocultural em que vivem os interactantes, bem como o domínio das estratégias de interação, como preservação das faces, representação positiva do *self*, polidez, negociação, atribuição de causas a mal-entendidos ou fracassos na comunicação, entre outras. Concretiza-se através de estratégias de processamento textual.

O processamento textual é, portanto, estratégico. As estratégias de processamento textual implicam a mobilização on-line dos diversos sistemas de conhecimento. Para efeito de exposição, tais estratégias podem ser divididas em cognitivas, sociointeracionais e textualizadoras.

Van Dijk & Kintsch (1983) defendem que o processamento cognitivo de um texto consiste de diferentes estratégias processuais, entendendo-se estratégia como "uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação" (p. 65). Tais estratégias consistem em hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e o significado de um fragmento de texto ou de um texto inteiro. Falar em processamento estratégico significa dizer que os usuários da língua realizam simultaneamente, em vários níveis, passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, tentativos e extremamente rápidos; fazem pequenos cortes no material *entrante* (*incoming*), podendo utilizar somente informação ainda incompleta para chegar a uma (hipótese de) interpretação. Em outras palavras, a informação é processada on-line.

Assim, o processamento estratégico depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo, quer se trate de conhecimento de tipo episódico, quer do conhecimento mais geral e abstrato, representado na memória semântica ou enciclopédica. Isto é, as estratégias cognitivas são *estratégias de uso* do conhecimento. É o que Dascal (1982) denomina Psicopragmática. E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que permite, no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou mesmo não desejados pelo produtor. Van Dijk & Kintsch (1983) citam, como principais estratégias de processamento cognitivo, as estratégias proposicionais, as de coerência local, as macroestratégias e as estratégias esquemáticas ou superestruturais, além das estilísticas, retóricas, não verbais e conversacionais.

Pode-se dizer que as estratégias cognitivas, em sentido restrito, são aquelas que consistem na execução de algum "cálculo

mental" por parte dos interlocutores. Exemplo prototípico são as inferências, que, como já foi dito, permitem gerar informação semântica nova, a partir daquela dada, em certo contexto. Sendo a informação dos diversos níveis apenas em parte explicitada no texto, ficando a maior parte implícita, as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto. Afirmam Beaugrande & Dressler (1981) que a inferenciação ocorre a cada vez que se mobiliza conhecimento próprio para construir um mundo textual.

Todo e qualquer processo de compreensão pressupõe atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção – e não apenas de reconstrução –, no qual as unidades de sentido ativadas, a partir do texto, conectam-se a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória. Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor com base em seus conhecimentos prévios. Por esta razão, dependendo desses conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto. Os textos só se tornam coerentes para o leitor/ouvinte por meio de inferenciação.

Estratégias interacionais são estratégias socioculturalmente determinadas que visam estabelecer, manter e levar a bom termo uma interação verbal. Entre elas, podem-se mencionar, além daquelas relacionadas à realização dos diversos tipos de ato de fala, as estratégias de preservação das faces (*facework*) e/ou de representação positiva do *self*, que envolvem o uso das *formas de atenuação*, bem como as estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos mal-entendidos, entre outras.

A estratégia de *preservação das faces* manifesta-se linguisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral. O *grau de polidez* é socialmente

determinado, em geral com base nos papéis sociais desempenhados pelos participantes, na necessidade de resguardar a própria face ou a do parceiro, ou, ainda, condicionado por normas culturais.

40 Como se sabe, conflitos, mal-entendidos, situações que desencadeiam incompreensão mútua são inevitáveis no intercâmbio linguístico. Para restabelecer o consenso (*commonality*), torna-se preciso, então, que as dificuldades sejam devidamente identificadas e atribuídas a possíveis causas subjacentes ao conflito. Como consequência da atribuição (adequada ou inadequada) de causas às dificuldades, os acordos subjacentes necessitam ser, muitas vezes, modificados, ou, então, novos acordos devem ser estabelecidos para prevenir futuros problemas do mesmo tipo. Além disso, toda interação envolve a negociação de uma definição da própria situação e das normas que a governam. Na verdade, todos os aspectos da situação relativos aos participantes estão sujeitos a negociação. Pode-se, assim, falar de uma construção social da realidade, já que, sendo a realidade social e constituída no processo contínuo de interpretação e interação, os seus vários aspectos podem ser considerados e (re)negociados de forma explícita ou implícita.

As estratégias interacionais visam, pois, levar a bom termo um “jogo de linguagem”. As estratégias textuais, por seu turno – que obviamente não deixam de ser também interacionais e cognitivas –, em sentido lato dizem respeito às escolhas textuais que os interlocutores realizam, desempenhando diferentes funções e tendo em vista a produção de determinados sentidos. Delas falaremos em outro capítulo.

Com a virada cognitiva, a Linguística Textual entra em uma nova fase, que vai levar a uma nova concepção de texto, o que possibilitará importantes desenvolvimentos posteriores.

A obra de Beaugrande & Dressler (1981), como já enfatizamos, constitui também um dos marcos dessa mudança de rumo. Nela, os autores procuram conceituar o que seja *textualidade*, definida, então, como “o que faz com que um texto seja um texto”, com base no exame do que denominam *critérios de textualidade*. O próximo capítulo será dedicado ao exame de cada um desses *critérios* ou *princípios*, como prefere chamá-los Beaugrande em trabalhos mais recentes (cf., por exemplo, Beaugrande, 1997), acrescidos de outros que vêm sendo postulados pelos estudiosos da área e que preferimos denominar *princípios de construção textual do sentido*.

A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVO-INTERACIONISTA

Não tardou que a separação entre exterioridade e interioridade presente nas ciências cognitivas clássicas se visse questionada, principalmente pela separação que opera entre fenômenos mentais e sociais.

As ciências cognitivas clássicas vêm trabalhando com uma diferença bem nítida e estanque entre os processos cognitivos que acontecem dentro da mente dos indivíduos e os processos que acontecem fora dela. Para o cognitivismo interessa explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente. O ambiente seria, assim, apenas um meio a ser analisado e representado internamente, ou seja, uma fonte de informações para a mente individual.

41 Desta maneira, a cultura e a vida social seriam parte deste ambiente e exigiriam a representação, na memória, de conhecimentos especificamente culturais. Entender a relação entre cognição e cultura seria, portanto, entender que conhecimentos os indivíduos devem ter para agir adequadamente dentro da sua cultura. Segundo essa visão, a cultura é um conjunto de dados a serem apreendidos, um conjunto de noções e procedimentos a serem armazenados individualmente. É fácil ver que, partindo desse ponto de vista, a cultura é subsidiária e dependente do conjunto de mentes que a compõem, ou seja, um fenômeno em geral passivo, sobre o qual as mentes atuam.

A concepção de mente desvinculada do corpo, característica do cognitivismo clássico, que predominou por muito tempo nas ciências cognitivas e, por decorrência, na linguística, começa a cair como um todo quando várias áreas das ciências, como a neurobiologia, a antropologia e também a própria linguística, dedicam-se a investigar com mais vigor esta relação e constatam que muitos dos nossos processos cognitivos têm por base mesma a percepção e a capacidade de atuação física no mundo. Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais, a compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos. Essa visão, efetivamente, tem-se mostrado necessária para explicar tanto fenômenos cognitivos quanto culturais.

Mente e corpo não são duas entidades estanques. Muitos autores vêm defendendo a posição de que a mente é um fenômeno essencialmente corporificado (*embodied*), que os aspectos motores e perceptuais e as formas de raciocínio abstrato são todos de natureza semelhante e profundamente inter-relacionados. Para autores como Varela, Thompson e Rosch (1992), nossa cognição é o resultado das nossas ações e das nossas capacidades sensório-motoras. Esses autores enfatizam a *enação*, ou seja, emergência e desenvolvimento dos conceitos nas atividades nas quais os organismos se engajam, como a forma pela qual eles fazem sentido do mundo que os rodeia.

Portanto, tais operações não se dão apenas na cabeça dos indivíduos, mas são o resultado da interação de várias ações conjuntas por eles praticadas. As rotinas computacionais que acontecem socialmente são muito comuns e envolvem várias tarefas diárias (pensemos, por exemplo, na necessidade de computar conjuntamente quando se trata de tarefas como preparar com alguém uma receita culinária, ou o que acontece num restaurante para que o prato possa chegar à mesa dos fregueses). Essas tarefas constituem rotinas desenvolvidas culturalmente e organizam as atividades mentais internas dos indivíduos, que adotam estratégias para dar conta das tarefas de acordo com as demandas socialmente impostas (cf. Koch & Lima, 2004).

Isto quer dizer que muito da cognição acontece fora das mentes, e não somente dentro delas: a cognição é um fenômeno *situado*. Ou seja, não é simples traçar o ponto exato em que a cognição está dentro ou fora das mentes, pois o que existe aí é uma inter-relação complexa. Voltar-se exclusivamente para dentro da mente à procura da explicação para os comportamentos inteligentes e para as estratégias de construção do conhecimento pode levar a sérios equívocos.

Desta forma, na base da atividade linguística está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção: os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz *com* os outros, conjuntamente. No dizer de Clark (1996), a língua é um tipo de ação conjunta.

São, pois, ações conjuntas aquelas que envolvem a coordenação de mais de um indivíduo para sua realização, por exemplo, dois pianistas executando um dueto ao piano, um casal dançando, duas pessoas remando uma canoa. Ainda outros exemplos são crianças brincando de roda, músicos de um conjunto tocando juntos. Uma

ação conjunta se diferencia de ações individuais não meramente pelo número de pessoas envolvidas, mas pela qualidade da ação, pois nela a presença de vários indivíduos e a coordenação entre eles é essencial para que a ação se desenvolva.

Dentro desta perspectiva, as ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros. Essas ações não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as formas verbais disponíveis não são em nada neutros quanto a este contexto social e histórico (cf. Koch & Lima, 2004).

As abordagens interacionistas consideram a linguagem uma ação compartilhada que percorre um duplo percurso na relação sujeito/realidade e exerce dupla função em relação ao desenvolvimento cognitivo: intercognitivo (sujeito/mundo) e intracognitivo (linguagem e outros processos cognitivos). Cognição, aqui, define-se como um conjunto de várias formas de conhecimento, não totalizado por linguagem, mas de sua responsabilidade: os processos cognitivos, dependentes, como linguagem, da significação, não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, à margem das rotinas significativas da vida em sociedade. O tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua constitutividade, na medida em que supõe que não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. A linguagem é tida como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural (cf. Morato, 2001).

Dentro desta concepção, amplia-se, mais uma vez, a noção de contexto, tão cara à Linguística Textual. Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como contexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a constituir agora a própria

interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação.

Portanto, na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal.

44

Em consequência do grande interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem e por processos afeitos a ela, surge (ou ressurgue) uma série de questões pertinentes para a “agenda de estudos da linguagem”, entre as quais as diversas formas de progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica), a dêixis textual, o processamento sociocognitivo do texto, os gêneros, inclusive os da mídia eletrônica, questões ligadas ao hipertexto, a intertextualidade, entre várias outras. Serão estes, portanto, os temas dos próximos capítulos.

PRINCÍPIOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL DO SENTIDO

Beaugrande & Dressler (1981) apresentam sete critérios, dois deles (coesão e coerência) “centrados no texto” e cinco (situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade) “centrados no usuário”, que serão discutidos a seguir.

45

COESÃO TEXTUAL

Costumou-se designar por *coesão* a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente.

Em sua obra *Cohesion in English*, que se tornou clássica, vindo a servir de fundamento para a maior parte dos estudos posteriores, Halliday/Hasan (1976) postulam a existência de cinco formas de coesão, a saber, a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical. Como, porém, a distinção entre referência e substituição, tal como feita pelos autores, era bastante questionável (cf. Koch, 1987, 1989), e a elipse era por eles definida como uma substituição por zero, a maioria dos pesquisadores passou a classificar os recursos coesivos em dois grandes grupos, responsáveis pelos dois grandes movimentos de construção do texto: a remissão/referência a elementos anteriores (coesão remissiva e/ou referencial) e a coesão sequencial, realizada de forma a garantir a continuidade do sentido. No primeiro grupo ficaram incluídas a referência, a substituição e a elipse de Halliday, bem como parcela significativa da coesão lexical; ao passo que o segundo passou a englobar a outra parcela da coesão lexical, bem como a conexão (*conjunção* hallidiana).

A necessidade de dividir a coesão lexical pelos dois grupos deve-se ao fato de Halliday haver postulado que ela envolve dois mecanismos: a *reiteração* e a *colocação*. Ora, conforme veremos mais adiante, a reiteração, que se realiza por meio de repetição de um referente textual pelo uso dos mesmos itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e expressões nominais, tem a mesma função dos demais recursos de remissão textual; enquanto a colocação, por sua vez, permite que se faça o texto progredir, garantindo, simultaneamente, a manutenção do tema.

Cabe lembrar que, nos momentos iniciais da Linguística Textual, a coesão referencial era vista como o mecanismo que permite ao produtor do texto remeter-se, por meio de um elemento linguístico, a outros elementos textuais, anteriores (anáfora) ou subsequentes (catáfora).

46 Entre os recursos capazes de criar a coesão referencial, foram descritos elementos de ordem gramatical, como os pronomes de terceira pessoa (retos e oblíquos), os demais pronomes (possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), os numerais, o artigo definido e alguns advérbios locativos, como *lá, aí, ali*. Importante é ressaltar, porém, que tais elementos **podem ter, no texto, função coesiva**, isto é, eles nem sempre atuam coesivamente. Vejamos alguns exemplos em que esses elementos operam como elementos de coesão:

- (1) Vá buscar as crianças na escola. *Elas* saem às cinco horas.
- (2) Todos os livros estão na estante. *Os meus* são os de capa azul.
- (3) Você pode escolher a música para a festa: *esta* é mais alegre, *aquela* mais romântica.
- (4) Já avaliei os trabalhos. *Alguns* são excelentes!
- (5) O professor recomendou a compra de vários livros. *Quais* deverão ser lidos primeiro?
- (6) Muitos trabalhos foram premiados no concurso. *Os primeiros* deverão ser publicados ainda neste semestre.
- (7) O pobre moleiro possuía de seu apenas um burro. *Um dia, o burro* apareceu morto.
- (8) Entrei em casa e corri para o quarto. *Lá* estava o presente, em cima da cama.

Também elementos de ordem lexical podem, como dissemos, ser responsáveis pela coesão referencial, quando empregados com a fun-

ção de reiterar referentes textuais: a repetição do mesmo item lexical (com ou sem mudança de determinante), sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e formas nominais, inclusive nominalizações, como se pode verificar nos exemplos abaixo:

- (9) E a música vinha de longe. *A música* era tranquilizante, doce, cheia de acordes suaves.
- (10) A casinhola ficava no meio da floresta. *No casebre*, de chão batido e coberto de sapé, morava um velho lenhador.
- (11) Dois navios foram atingidos pelo fogo inimigo. Diante dos estragos, *a esquadra* fez-se ao largo.
- (12) Mais uma vez, ouviu-se um estranho estrondo no interior da selva. Ninguém sabia explicar *o fenômeno*.
- (13) A criancinha chorava desesperadamente. Quem iria socorrer *o pobre sobrevivente das chamas*?
- (14) Os alunos da escolinha resolveram organizar uma festa junina. Mesmo sem a ajuda dos adultos, *a organização* nada deixou a desejar.

47

Vê-se que, tanto nos exemplos de (1) a (8), em que a coesão se realiza por meio de recursos de ordem gramatical, como nos de (9) a (14), em que se recorre a meios lexicais, opera-se a remissão a elementos textuais, que são retomados no segmento seguinte.

Há, ainda, outra forma de remissão a referentes textuais, nitidamente (embora não só) de cunho sintático: trata-se da elipse, como mostra o exemplo (15):

- (15) Durante muito tempo, os escoteiros tentaram obter socorro. (O) Chamaram, (O) gritaram, (O) acenderam fogueiras, mas de nada adiantou.

Não tardou, porém, que se percebesse que nem sempre o referente de uma forma coesiva vem expresso no texto. Tratou-se, em primeiro lugar, das anáforas ditas *associativas, semânticas* ou *profundas*, como foi o caso de autores como Isenberg (1968) e Vater (1979), que já faziam referência às anáforas de tipo associativo, em exemplos aqui repetidos, como (16), (17), (18):

- (16) Ontem houve um casamento. *A noiva* usava um longo vestido branco (Isenberg, 1968).
- (17) Pedro me molhou todo. *A água* me escorria pelo corpo abaixo (Isenberg, 1968).
- (18) Era um belo povoado. *A igreja* ficava numa colina (Vater, 1979).

Verificou-se, depois, que, em muitos outros casos, o referente da forma anafórica necessita ser extraído do conhecimento de mundo, via inferenciação, como acontece no exemplo (19), em que os antecedentes dos pronomes (*llo* e *isto*) não se encontram expressos no texto, mas necessitam ser inferidos:

- 48 (19) Quando encontrou Lúcia novamente, ela o tratou secamente, como se fosse um estranho. Ele devia tê-lo imaginado, ela jamais poderia conformar-se com *aquilo*.

São bastante variados os graus de inferência exigidos para recuperar o referente de uma forma anafórica. Por isso, vem-se fazendo diferenciação entre anáforas associativas (baseadas em relações léxico-estereotípicas, de ingrediência, representadas na memória em forma de modelos cognitivos) e anáforas indiretas, que exigem um grau de inferenciação mais complexo. Veja-se a diferença entre:

- (20) “Quando enfim realizou o sonho de comprar um carro novo, o veterinário Wagner Magalhães Melo teve uma desagradável surpresa. Logo após a compra, Melo notou que **o motor** estava um pouco estranho” (Fernanda Medeiros e Marcos Rogério Lopes, “Carro novo também é motivo de transtornos”, *OESP*, 18 set. 2000).
- (21) Durante debate recente em uma Universidade nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. O *jovem* introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro (...) (*O Globo*, 23 out. 2000).

Em (20), tem-se uma anáfora associativa, em que a inferência de que se trata do motor do carro (todo carro tem motor) é automática.

Já em (21), é preciso inferir que, em uma universidade, os alunos são, em sua maioria, jovens e que, portanto, a pergunta foi feita por um dos alunos da instituição.

A questão da referência, tal como vista hoje em dia, é bastante complexa, de modo que será tratada em capítulo à parte.

A coesão sequencial

A coesão sequencial diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relação semântica e/ou pragmático-discursiva, à medida que se faz o texto progredir. Esta interdependência é garantida, em parte, pelo uso dos diversos mecanismos de sequenciação existentes na língua e, em parte, pelo que se denomina progressão tópica. Também esses mecanismos serão tratados em outro capítulo deste livro, bem como a articulação tema/rema.

COERÊNCIA

De acordo com Beaugrande & Dressler, a coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos. Tal conceituação é bastante redutora, como será discutido mais adiante.

SITUACIONALIDADE

A situacionalidade pode ser considerada em duas direções: da situação para o texto e vice-versa.

No primeiro sentido, a situacionalidade refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para uma situação comunicativa em curso ou passível de ser reconstruída. Trata-se, neste caso, de determinar em que medida a situação comunicativa, tanto o contexto imediato de situação como o entorno sócio-político-cultural em que a interação está inserida, interfere na produção/recepção do texto, determinando escolhas em termos, por exemplo, de grau de formalidade, regras de polidez, variedade linguística a ser empregada, tratamento a ser dado ao tema etc.

No segundo sentido, é preciso lembrar que o texto tem reflexos importantes sobre a situação, visto que o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. Ao construir um texto, o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo. O interlocutor, por sua vez, interpreta o texto de conformidade com seus propósitos, convicções, perspectivas. Há sempre uma *mediação* entre o mundo real e o mundo construído pelo texto.

INFORMATIVIDADE

50 A informatividade diz respeito, por um lado, à distribuição da informação no texto, e, por outro, ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada.

Quanto à distribuição da informação, é preciso que haja um equilíbrio entre informação dada e informação nova. Um texto que contenha apenas informação conhecida caminha em círculos, é inócuo, pois falta-lhe a progressão necessária à construção do mundo textual. Por outro lado, é cognitivamente impossível a existência de textos que contenham unicamente informação nova, visto que seriam improcessáveis, devido à falta das âncoras necessárias para o processamento. Conforme já foi dito, todo texto organiza-se pela combinação de dois movimentos, um de retroação, por meio do qual se retoma a informação anteriormente introduzida, que vai servir de ancoragem para o movimento de progressão, responsável pela introdução de informação nova.

Quanto ao grau de previsibilidade ou expectabilidade da informação, um texto será tanto menos informativo quanto mais previsível (redundante) for a informação que traz. Há, portanto, graus de informatividade: um texto cuja informação seja toda apresentada da forma mais previsível terá baixo grau de informatividade; se a informação for introduzida, pelo menos em parte, de forma menos esperada, menos previsível, haverá um grau médio de informatividade; e, se toda informação for apresentada de maneira imprevisível, o texto terá um grau máximo de informatividade e exigirá um grande esforço de processamento, podendo assim, à primeira vista, parecer pouco coerente. Um texto como (22) provoca estranheza, por conter um grau elevado de informatividade, grau que será "rebaixado" à medida que se prossegue a leitura, permitindo a estabilização. O grau máximo de informatividade é comum na linguagem poética e metafórica em geral.

(22) *A água não é hidrogênio e oxigênio.* Ela contém também partículas mínimas de outros gases...

Neste sentido, a informatividade refere-se ao *como* do texto, à forma como a informação é veiculada, exercendo, pois, importante papel na seleção e arranjo dos componentes textuais.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relação que um texto mantém com outros textos. Devido à sua grande relevância para a construção do sentido, será estudada em item à parte.

51

INTENCIONALIDADE

A intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados; em sentido restrito, refere-se à intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize integralmente. E existem, ainda, casos em que o produtor do texto afrouxa deliberadamente a coerência, com o fim de obter efeitos específicos (parecer embriagado, desmemoriado etc.).

ACEITABILIDADE

A aceitabilidade é a contraparte da intencionalidade. Refere-se à concordância do parceiro em entrar num "jogo de atuação comunicativa" e agir de acordo com suas regras, fazendo o possível para levá-lo a um bom termo, visto que, como postula Grice (1975), a comunicação humana é regida pelo Princípio de Cooperação. Em sentido restrito, refere-se à atitude dos interlocutores de aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância. Deste modo, mesmo que o texto contenha incoerências locais ou pareça a princípio incoerente, o leitor/ouvinte fará o possível para atribuir-lhe um sentido.

QUESTIONAMENTOS

Algumas críticas têm sido feitas às postulações de Beaugrande & Dressler (1981), entre as quais ressaltam as seguintes:

52

- 1) Dentro de uma perspectiva pragmático-cognitiva, não faz sentido a divisão entre fatores “centrados no texto” e “centrados no usuário”, já que todos eles estão centrados simultaneamente no texto e em seus usuários. Mesmo o uso (ou não) dos recursos coesivos e a sua seleção são determinados, essencialmente, por fatores de ordem pragmático-cognitiva.
- 2) A lista de fatores apresentados não é, de forma alguma, exhaustiva, de modo que vários outros têm sido sugeridos, conforme veremos adiante.
- 3) A coerência não é apenas um critério de textualidade entre os demais (e centrado no texto!), mas constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado, o conhecimento procedural etc. O que se tem defendido é que a coerência resulta de uma construção dos usuários do texto, numa dada situação comunicativa, para a qual contribuem, de maneira relevante, todos os fatores aqui apresentados, a par de outros que passamos a especificar.

FATORES DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Marcuschi (1983) sugere que se incluam, entre os demais fatores, os *fatores de contextualização*, responsáveis, segundo ele, pela ancoragem do texto em dada situação comunicativa. Menciona dois subtipos: os contextualizadores propriamente ditos (data, local, assinatura, timbre, em documentos oficiais, diagramação, localização na página ou em cadernos, em se tratando de textos jornalísticos, recursos gráficos em geral); e prospectivos, que permitem avançar expectativas sobre o texto (título, nome do autor, início do texto). Esses elementos são, muitas vezes, decisivos para a interpretação.

CONSISTÊNCIA E RELEVÂNCIA

Giora (1985) apresenta como requisitos básicos para que um texto possa ser tido como coerente a *consistência* e a *relevância*. A condição de consistência exige que todos os enunciados de um texto possam ser verdadeiros, isto é, não contraditórios (cf. também Charolies, 1978) dentro de um mesmo mundo ou dentro dos diversos mundos representados num texto. O critério da relevância exige que o conjunto de enunciados que compõem o texto seja relevante para um mesmo tópico discursivo, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como predicando algo sobre um mesmo tema (cf. a noção de relevância, em Sperber & Wilson, 1986). Assim, a relevância não se dá linearmente entre pares de enunciados, mas entre conjuntos de enunciados e um tópico discursivo.

FOCALIZAÇÃO

Koch & Travaglia (1989) acrescentam, além destes, o critério da *focalização*, com base nos estudos de Grosz (1981) na área de Inteligência Artificial, que se refere à concentração dos usuários, no momento da interação verbal, em apenas uma parte de seu conhecimento, bem como à perspectiva sob a qual são vistos os componentes do mundo textual. Diferenças de focalização podem causar problemas sérios de interincompreensão. Dependendo da focalização, um mesmo texto pode ser lido (ou construído) de formas inteiramente diferentes. A focalização permite determinar, também, o significado, no texto, de palavras homônimas e polissêmicas, bem como o uso adequado de certos elementos linguísticos de valor dêitico, como é o caso dos verbos ir e vir, cujo emprego depende da direção do movimento focalizado (cf. Fillmore, 1981). A focalização é, ainda, responsável pela escolha de descrições ou expressões nominais, na construção/reconstrução de referentes textuais.

CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Cabe aqui ressaltar, ainda, que não só os conhecimentos prévios são de extrema importância no processamento textual e, portanto, para o estabelecimento da coerência, como também os conhecimentos partilhados ou pressupostos como partilhados – entre os interlocu-

tores, que vão determinar, por exemplo, o balanceamento entre o que precisa ser explicitado e o que pode ficar implícito no texto. Pressuposições falsas de conhecimento partilhado podem levar ao processamento inadequado do texto por parte do interlocutor, acarretando mal-entendidos e abortando a possibilidade de construção da coerência.

Contudo, a concepção de cognição dominante nesse momento é ainda a que postula uma separação entre corpo e mente, entre o que é exterioridade/interioridade. Dentro dessa perspectiva, portanto, os processos cognitivos seriam realizados no interior das mentes individuais, sem interferências resultantes da própria interação (cf. capítulo "A virada cognitivista").

54

EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE COESÃO E COERÊNCIA

Pode-se facilmente verificar que as noções de coesão e coerência foram sofrendo alterações significativas no decorrer do tempo.

Se, nos primeiros momentos, quando das análises transfrásticas, os dois conceitos praticamente se confundiam, à medida que se diferenciavam as concepções de texto elas passaram a diferenciar-se de forma decisiva.

O primeiro passo foi constatar que a coesão *não* é condição necessária nem suficiente da coerência, já que esta não se encontra no texto, mas constrói-se a partir dele, numa situação interativa, bem como considerar a coerência como um fenômeno semântico, por estar ligada com as macroestruturas textuais profundas.

Verificou-se, a seguir, que a distinção entre coesão e coerência não pode ser estabelecida de maneira radical, ou seja, como se se tratasse de dois fenômenos independentes um do outro, pois, como vimos, nem sempre a coesão se estabelece de forma unívoca entre elementos presentes na superfície textual. Desta maneira, sempre que se faz necessário um cálculo do sentido, com recurso a elementos contextuais – em particular os de ordem sociocognitiva e interacional –, já nos encontramos no domínio da coerência. Além do mais, os dois grandes movimentos responsáveis pela estruturação do texto – o de retrospectação e o de prospecção –, realizados em grande parte por meio dos recursos coesivos, são determinantes para a produção dos sentidos

e, portanto, para a construção da coerência. Passou-se, também, a postular uma coerência pragmática, relacionada, sobretudo, com os atos e macroatos de fala. Muitos autores passaram, então, a reivindicar que a coerência se constrói por meio de processos cognitivos operantes na mente dos usuários, desencadeados pelo texto e seu contexto, razão pela qual a ausência de elementos coesivos não é, necessariamente, um obstáculo para essa construção.

Posteriormente, ainda, dentro de uma abordagem sociocognitiva e interacionista, a coerência vai passar a ser vista como uma construção "situada" dos interlocutores. É esta posição que se defenderá nos próximos capítulos.

55